

CLIPPING

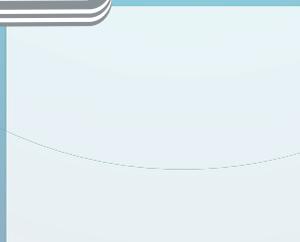


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





“CPI da Enel foi fundamental para acordo”, diz Salim

Raphael Bezerra

Especial para O Hoje

O deputado estadual, Cairo Salim (Pros) disse, no pequeno expediente, que o acordo firmado entre o Governo de Goiás e a distribuidora de energia no Estado de Goiás, Enel, se deve, também, à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). De acordo com ele, o presidente do Parlamento, Lissauer Vieira (PSB), foi peça fundamental para o bom andamento dos trabalhos da CPI que investiga a venda da Celg e a prestação de serviços pela multinacional italiana.

“Gostaria de relembrar à sociedade que o acordo do Governo com a empresa Enel é um princípio de vitória, mas não apenas do Executivo. O Parlamento goiano, por meio da atuação da CPI, teve importante papel nesse acordo. Quem merece ser parabenizado é o presidente Lissauer Vieira, que ofereceu toda a estrutura necessária para que a CPI pudesse rodar o Estado e ouvir a sociedade e o setor produtivo”, afirmou o deputado.

A empresa é alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) desde o começo do ano e, vinha sendo pressionada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) que foi a Brasília com o objetivo de viabilizar uma cassação da concessão da empresa. O governador reuniu-se com a bancada federal goiana onde discutiu a prestação do serviço da empresa e a possível cassação.

A escalada de pressão encerrou na última segunda-feira (26) com a assinatura de um acordo para o investimento de mais de R\$ 1 bilhão na melhoria do fornecimento de energia elétrica no estado de Goiás.



Desde 2005 o trabalho era realizado pela UEG

Após 14 anos, Detran reassume bancas examinadores

Após assumir integralmente a banca examinadora, Detran-GO deve capacitar mais profissionais a partir de setembro

Daniell Alves

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO) já se prepara para capacitar mais 40 profissionais para assumir as bancas examinadoras dos candidatos à Carteira Nacional de Habilitação em Goiás (CNH). Após 14 anos, o órgão voltou a assumir integralmente uma banca examinadora. O trabalho será expandido gradativamente até dezembro, quando os exames serão feitos somente pelo Detran-GO.

Desde 2005 o trabalho vinha sendo realizado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), sob a coordenação do Detran. Inhumas foi o projeto-piloto da retomada das bancas examinadoras. As provas teóricas de direção acontecem hoje (29), no município. Na última terça-feira (27), ocorreram as provas práticas, que contou com 108 candidatos à CNH para exames de quatro rodas e 46 para duas rodas.

Para fazer a avaliação foram escalados 12 examinadores e dois coordenadores de banca. Esses examinadores passaram por atualização e treinamento recentemente e já atuavam como presidentes nas bancas realizadas pela UEG. Segundo o presidente do Detran, Marcos Roberto Silva, a expectativa é que a medida gere uma economia de 50% para a autarquia, que, em 2018, repassou aproximadamente R\$ 14 milhões à instituição de ensino.

O gerente de habilitação do Detran-GO, José Osvaldo Carneiro, afirma que para retomar a banca foi feito um cronograma de formação de profissionais. Também foi elaborado o roteiro de cidades que passarão a contar com avaliações exclusivamente feitas pela autarquia. Já em setembro, as bancas examinadoras dos municípios de Aragarças, Piracanjuba, Cristalina, Barro Alto, Piranhas, Iporá, Mineiros, Ipameri e Anicuns funcionarão no novo modelo.

Critérios

Para ser examinador, o servidor deve ter o curso específico, ser maior de 21 anos, possuir, no mínimo dois anos de habilitação na categoria que pretende avaliar, e ter curso superior completo. Ele deve comprovar que não sofreu suspensão do direito de dirigir nos últimos dois anos e não cometeu nenhuma infração gravíssima nos últimos 12 meses. Ele ainda passa por avaliação psicológica e de antecedentes.

Segundo o Detran, atualmente são cerca de 230 examinadores em seu quadro de servidores. O número é suficiente para assumir as bancas examinadoras de prova de legislação de trânsito e de prática de direção veicular em todo Estado. Mesmo assim, já prepara curso para qualificar mais profissionais. O novo módulo terá início em setembro.

Para fazer o curso de examinador, os servidores passarão por processo seletivo que exige diploma de nível superior, comprovação de capacidade técnica, certidão de nada consta da auditoria do Detran-GO e avaliação psicológica. Durante o curso são ministradas disciplinas como mecânica, legislação, psicologia e didática.

Após a capacitação, o examinador de trânsito, titulado pelo Departamento Estadual de Trânsito, em conformidade com as normas do CONTRAN é o responsável direto pela avaliação do candidato à obtenção da Permissão para Dirigir, mudança e inclusão de categoria de CNH e Autorização para Conduzir Ciclomotor – ACC. **(Daniell Alves é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)**



Deputado ameaça entrar com Adin contra projeto

ASSEMBLEIA Autorização para o Executivo usar até 75% dos recursos de depósitos judiciais é questionada pela oposição; quando era senador, Caiado foi contrário a proposta semelhante

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

Acusando o governador de “incoerência”, o deputado estadual Henrique Arantes (PTB) prometeu entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso a Assembleia Legislativa aprove projeto de lei que autoriza o governo estadual a usar até 75% dos recursos de depósitos judiciais. “Quando ele era senador da República, ele criticava isso com um fôlego e um vigor que você não vê nele hoje. Travestido de republicano, ele fazia uma crítica”, disse o deputado, da tribuna.

Atualmente na Comissão Mista, a matéria causa polêmica desde terça-feira (27) no plenário, especialmente porque o governador Ronaldo Caiado (DEM), que assina o projeto junto do presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Walter Carlos Lemes, já se manifestou publicamente contrário a iniciativa semelhante do ex-governador José Elton (PSDB). Na época, a lei, embora aprovada pelo Legislativo, foi suspensa pelo ministro Edson Fachin, em ação proposta pelo advogado do Podemos, Alexandre Hsiung, genro de Caiado.

Deputados de situação saíram em defesa do governador, dizendo que a proposta atual foi modificada e apontando hipocrisia na crítica de parlamentares que, no passado, aprovaram o projeto. “Essa Casa não pode mais analisar um projeto a partir da ótica ideológica, essa mesma Casa já aprovou projeto idêntico no governo passado e agora não serve mais. Não pode mudar de opinião só porque agora o governo não é mais do

PSDB”, declarou Amilton Filho (Solidariedade). Mas, para a oposição, o argumento é inválido. Gustavo Sebba (PSDB), por exemplo, lembrou matéria do site de Caiado, publicada em agosto do ano passado, em que ele classifica como “completo absurdo” que os recursos fossem “parar nas mãos do Estado”.

“Graças a esta decisão, todos os que obtiveram a vitória no julgamento de seus processos irão receber o valor referente aos depósitos judiciais ao invés desse dinheiro ir parar na mão do Estado, o que seria um completo absurdo. O correto não é o governo se apropriar desse valor, mas quem venceu a ação seja devidamente notificado. Graças à Justiça, o goiano está protegido de mais uma investida do governo no seu bolso”, disse o democrata naquela ocasião.

“Como já tem essa jurisprudência no STF, acredito que nós conseguiremos também fazer essa lei ser tornada inconstitucional”, disse Henrique. “O governador tem que ter capacidade administrativa e de gestão, e não ficar recorrendo a subterfúgios da legislação, através de teobrosidades da lei para poder sanear suas dificuldades.”

O projeto de lei foi relatado, na Comissão Mista, pelo deputado Álvaro Guimarães (DEM), que entregou seu posicionamento no mesmo dia em que foi designado para a função. Sob pedido de vistas de 20 parlamentares, ele pode ser aprovado ainda hoje no colegiado. Assim, estaria apto a ser analisado no plenário já na próxima terça-feira (3).

Na prática, os recursos, da ordem de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, poderão ser utilizados para pagamento de precató-



Douglas Schinatto

“O governador tem que ter capacidade administrativa e de gestão, e não ficar recorrendo a subterfúgios da legislação”

Henrique Arantes (PTB), deputado estadual

rios, Previdência dos servidores, advogados dativos e amortização da dívida ativa.

PLANO PLURIANUAL

Em meio à tramitação do projeto dos depósitos judiciais e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Educação, a secretária da Economia Cristiane Schmidt adiou audiência na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, na qual prestaria contas do primeiro trimestre de 2019. Segundo o presidente do colegiado, deputado Carlos Cabral (PDT), a oitiva pode ser adia-

da para semana que vem, mas

ainda não há data definida. Cristiane, contudo, foi à Casa ontem, acompanhada do vice-governador Lincoln Tejota (Pros), para entregar ao presidente Lissauer Vieira (PSB) o projeto do Plano Plurianual, que estabelece diretrizes e metas para os próximos quatro anos. Segundo os dois auxiliares de Caiado, o principal norte do PPA, que seguiu parâmetros da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), é que as propostas e prioridades sejam de fato cumpridas, em consonância com o projeto Goiás de Resultados, comandado pelo vice-governador.

PEC pode ser votada na terça

Ainda que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% da vinculação para educação esteja condicionada a demandas de deputados estaduais, a previsão é de que ela possa ser votada em plenário já na próxima terça-feira, 3, mesmo que sem a garantia dos 25 votos necessários. Segundo informações de bastidores, o governador Ronaldo Caiado (DEM) estaria disposto a testar a base aliada e teria autorizado o presidente Lissauer Vieira (PSB) a incluí-la na pauta, caso ela seja de fato aprovada hoje na Comissão Mista. No centro das negociações entre deputados e governador estão as emendas parlamentares: além do cumprimento do impositivo, novatos também querem ser contemplados, ainda que não tenham sinalizado as obras no orçamento deste ano, e alguns podem se rebelar. Parte dos parlamentares, de oposição, também diz duvidar que Caiado cumprirá as emendas impositivas e promete judicializar a questão. Também pesa a articulação de demandas de sindicalistas ligados à Educação, que querem aproveitar a PEC para, por exemplo, garantir pautas como o pagamento do piso e da data-base. Em tese, a inclusão dessas medidas diminuiria a resistência, mas não se sabe até que ponto o Executivo está disposto a negociar. (Bruna Aídar)

Proposta gerou bate-boca no TJ-GO

O projeto de lei que autoriza o Estado de Goiás a utilizar recursos de depósitos judiciais não foi consenso entre os desembargadores da Corte Especial do Tribunal de Justiça (TJ-GO). Antes da votação, que ficou 9 a 6 em favor da proposta, houve críticas à falta de tempo para análise e de transparência da sessão, convocada extraordinariamente, sem pauta prévia e com a presença do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Ao abrir a sessão, na manhã de segunda-feira (26), o presidente do TJ-GO, Walter Carlos

Lemes, apresentou a proposta e disse que há “necessidade dos Poderes compreenderem e colaborarem entre si para que o Estado de Goiás possa ultrapassar a difícil crise que está atravessando”.

A palavra foi passada ao governador, que reforçou a importância de ter um fôlego nas contas, depois ao desembargador Carlos Alberto França, também favorável à união e parceria dos dois Poderes “neste momento tão delicado”.

A divergência partiu do desembargador Leobino Valente

Chaves, que sugeriu mais tempo para reflexão e o adiamento da votação. Os desembargadores Itamar de Lima e Luís Cláudio Velga Braga concordaram com a sugestão e também criticaram a falta de tempo para estudar a proposta. Carlos França rebateu, acusando Leobino de já ter convocado sessões de forma semelhante quando presidente.

Após a discussão, Walter Carlos decidiu levar adiante a votação, alegando que a maioria considerou as explicações suficientes. Nove desembargadores, incluindo o presidente, vo-

taram a favor. Outros seis foram contrários ou se abstiveram de votar. Dois estavam ausentes. Segundo a ata, a sessão durou 1h20.

O projeto de lei permite que o governo utilize parcela de depósitos judiciais para o custeio da previdência social, pagamento de precatório e de advogados dativos, e amortização da dívida com a União. O POPULAR mostrou ontem que o Estado tem expectativa de obter R\$ 1,8 bilhão. No ano passado, o grupo político de Caiado propôs ação contra lei semelhante sanciona-

da no governo de José Elton (PSDB). Não há ainda decisão do Supremo sobre a matéria, também em debate em outros Estados.

Nos bastidores, há informações de que integrantes do governo chegaram a citar na negociação a possibilidade de pagar diferenças retroativas que magistrados têm a receber, como licença prêmio e URV. A abordagem também recebeu críticas de alguns desembargadores, que alertam para possíveis interpretações de “negociata”. (Fabiana Pulcinelli)



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Regimento da Assembleia deve aumentar tempo de tramitação de projetos

O grupo que estuda a reforma do regimento interno da Assembleia Legislativa concluiu, em conjunto com o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), que todos os projetos de lei devem ser discutidos nas comissões temáticas. A mudança, que inclui a transformação da Comissão Mista em Comissões Reunidas, pode fazer com que as propostas do governo tramitem em duas ou até três comissões. Hoje, as matérias encaminhadas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), com raras exceções, passam apenas pela Mista antes de ir para o plenário. Para que a mudança tenha efetividade, será definido um calendário para as reuniões dos 16 colegiados temáticos, sempre entre as terças e quintas. Responsável pela redação final do projeto de resolução que trará as mudanças, seguindo as decisões do colegiado, que voltará a se reunir hoje, Karlos Cabral (PDT) defende que a medida beneficia a todos, inclusive o Executivo. “Se for aprovado desta forma, o novo regimento permitirá que os projetos sejam melhor debatidos e também dará transparência, que tem pautado as ações do governador.”



FUNCIONALISMO PÚBLICO

Governo anuncia quitação de folha do ano passado

Em torno de 6 mil servidores receberam ontem o salário pendente desde dezembro. Depósito foi de R\$ 100,7 milhões

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), anunciou ontem o pagamento da última parcela que restava ser quitada do salário do funcionalismo público do Poder Executivo referente a dezembro de 2018. “É com muita alegria e até um certo alívio que informo a sociedade goiana que na data de hoje estamos quitando o salário de dezembro!”, escreveu Caiado, em seu perfil oficial no Twitter. “Foi um processo difícil, visto que tivemos que assumir o calote dado pela gestão passada, numa situação de calamidade financeira. Mas conseguimos!”, diz a publicação do governador.

Os servidores dos demais Poderes receberam o salário de dezembro ainda em janeiro, assim como o Ministério Público, a Defensoria Pública e os servidores das Secretarias de Saúde e do Trabalho. O restante dos servidores receberam ao longo de 2019.

No final do mês de julho, o governo liberou R\$ 58 milhões para o pagamento da última folha do ano passado. Com esse repasse, 96,44% dos salários estavam pagos, restando cerca de 6.087 mil servidores, que receberam ontem. Segundo informações da Secretaria da Economia, foi depositado R\$ 100,7 milhões re-

ferente ao pagamento da sexta e última etapa do escalonamento determinado pelo governo de Goiás.

“Além de honrar com o pagamento todos os meses deste ano da folha normal, foi preciso inserir a dívida que foi deixada de dezembro. Ressalta-se que só foi possível honrar com o compromisso assumido em fazer o escalonamento em seis etapas e pagar todas elas impreterivelmente, conforme acordado com o funcionalismo público, graças ao esforço de arrecadação e envolvimento de todos os órgãos no corte de despesas”, diz nota encaminhada pela secretaria.